



**Comarca de Lisboa Oeste**  
**Sintra - Inst. Central - 1ª Secção Cível - J1**  
Palácio da Justiça - Av. General Mário Firmino Miguel, n.º 2 - 2714-556 Sintra  
Telef: 219100500 Fax: 211545157 Mail: sintra.judicial@tribunais.org.pt

Proc.Nº 3682/14.2T8OER

88791106

## **CONCLUSÃO - 30-03-2015**

*(Termo eletrónico elaborado por Escrivão Adjunto Ana Maria Paiva A. Teixeira)*

=CLS=

Fls. 121 e 122 – Face ao disposto no artº 3º, nº 4, do C.P.C., dá-se por não escrito o articulado oferecido pela Associação, face à sua extemporaneidade.

Fls. 128 – Julgo regularizado o mandato da Associação Requerente ao seu Ilustre mandatário, nos termos do disposto no artº 48º, nº 2, do C.P.C.

Notifique-se.

## **DESPACHO DECISÓRIO**

**F.P.T.A.C. - Federação Portuguesa de Tiro com Armas de Caça (FPTCA)**, instituição de utilidade pública desportiva, com sede na Alameda António Sérgio, nº 22, 1495-132 Miraflores-Algés, veio requerer contra a **Associação Portuguesa de Atiradores FITASC – A.P.A.F.**, com sede na Rua Joaquim Eleutério Gaspar Gomes, nº 2, 4º esquerdo, 2745-133 Queluz-Sintra, a presente providência cautelar não especificada, requerendo que o Tribunal:

- Ordene a imediata dissolução da Requerida, a título cautelar e urgente;
- Sejam apreendidos todos os valores recebidos pela Requerida a título de jóias ou cotas para devolução a eventuais lesados;
- Ordene a imediata intervenção da secção de armas e explosivos da PSP junto da sede da Requerida em vista à apreensão de todos os documentos, valores e eventuais armas e munições;

Mais requer a inversão do contencioso nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 269º do CPC.



## **Comarca de Lisboa Oeste**

### **Sintra - Inst. Central - 1ª Secção Cível - J1**

Palácio da Justiça - Av. General Mário Firmino Miguel, n.º 2 - 2714-556 Sintra  
Telef: 219100500 Fax: 211545157 Mail: sintra.judicial@tribunais.org.pt

Proc.Nº 3682/14.2T8OER

Para o efeito, em síntese, alega a Requerente que é a única Associação Portuguesa que superintende, isto é, determina, regulamenta, administra, dirige, controla e supervisiona as disciplinas de tiro desportivo com armas de caça, filiando-se nas organizações internacionais que, com completa autonomia técnica ou deliberativa considera necessárias ou convenientes, sendo, em consequência, junto das organizações internacionais a única representante nacional de tiro desportivo com armas de caça e tendo a Requerida surgido com o objectivo de desenvolver tais desideratos no âmbito nacional, definir a politica desportiva nacional, em suma substituir-se e/ou concorrer com a FPTAC – Federação Portuguesa de Tiro com Armas de Caça, não obstante a Requerida nunca poder vir a ser uma entidade licita pois os seus atiradores estarão desprovidos da licença de tiro desportivo, transformando-se em detentores ilegais de armas.

Mais alega a A. que a constituição e o desenvolvimento da actividade desportiva configura lesão grave e dificilmente reparável para a Requerente, a Segurança Pública e a Integridade Desportiva de alguns atletas, por serem absolutamente ilegais as nove disposições fundamentais do capítulo 1º dos pretendidos estatutos da Requerida, por várias ordens de razões que enumera.

Citada a Requerida, deduziu oposição à providência requerida, defendendo-se por excepção e por impugnação.

A título de excepção, alega a Requerida o uso indevido do processo, por não ser possível implementar a nível cautelar a medida de dissolução da Associação objecto do presente procedimento cautelar e requer a absolvição da instância.

A título de impugnação, alega a inexistência do direito da Requerente, por não ser a Requerente a única detentora, a nível nacional e internacional, de direito de representar o tiro desportivo com armas de caça, bem como não detém o exclusivo direito de organizar competições, dirigir, controlar e supervisionar as disciplinas de tiro desportivo com armas de caça, nomeadamente, nas disciplinas de Compact Sporting, Percurso de Caça, Fosso Universal e Tiro às Hélices, em virtude de as referidas disciplinas de tiro desportivo com armas de caça, serem detidas, em exclusividade, por uma Federação Internacional, designada por FITASC (Fédération Internationale de Tir Aux Sportives de Chasse), criada em 1921 e



## **Comarca de Lisboa Oeste**

### **Sintra - Inst. Central - 1ª Secção Cível - J1**

Palácio da Justiça - Av. General Mário Firmino Miguel, n.º 2 - 2714-556 Sintra  
Telef: 219100500 Fax: 211545157 Mail: sintra.judicial@tribunais.org.pt

Proc.Nº 3682/14.2T8OER

com sede no n.º 10, Rue Médéric – 75017 Paris – France (Doc. 1), Federação Internacional que é também a entidade que concede às Federações Nacionais, e da qual, por decisão do seu comité de direcção, a Requerente foi suspensa, a partir do dia 05 de Novembro de 2014, encontrando-se os atletas portugueses federados na Requerente impedidos de participar nas provas internacionais organizadas pela FITASC, tendo sido atribuído à ora Requerida pela referida Federação, por decisão de 5 de Dezembro de 2014 o direito de poder organizar a nível nacional prática das referidas disciplinas.

Mais alega a Requerida que, após a sua constituição e consequente tomada de posse dos seus corpos sociais apresentou a sua inscrição no Registo Nacional de Clubes, Federações Desportivas e outros organismos com intervenção na área do desporto junto do Instituto do Desporto de Portugal, I.P., tendo, por declaração datada de 29 de Janeiro de 2015, sido inscrita no Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., como sendo uma entidade que prossegue fins desportivos, pelo que, não se verifica a existência de qualquer direito por parte da Requerente, nem sequer a probabilidade séria da sua existência, traduzida na acção a propor, que tenha por fundamento o direito a tutelar, pois as disciplinas de tiro a praticar pelos Associados da Requerida em nada colidem com os direitos legalmente reconhecidos à Requerente.

A Requerida alega, ainda a inexistência dos requisitos de lesão grave e dificilmente reparável e de prejuízo superior ao dano que com a providência se pretende evitar.

Vejamos:

Pretende a Requerente que o Tribunal ordene a imediata dissolução da Requerida, a título cautelar e urgente; a apreensão todos os valores recebidos pela Requerida a título de jóias ou cotas para devolução a eventuais lesados e que a intervenção da secção de armas e explosivos da PSP junto da sede da Requerida, com vista à apreensão de todos os documentos, valores e eventuais armas e munições.

Os procedimentos cautelares destinam-se a proteger direitos subjectivos ou outros interesses juridicamente relevantes, prevenindo a violação grave e dificilmente reparável de direitos, com a antecipação de determinados efeitos das decisões judiciais e com a demora das decisões a proferir.



## Comarca de Lisboa Oeste

### Sintra - Inst. Central - 1ª Secção Cível - J1

Palácio da Justiça - Av. General Mário Firmino Miguel, n.º 2 - 2714-556 Sintra  
Telef: 219100500 Fax: 211545157 Mail: sintra.judicial@tribunais.org.pt

Proc.Nº 3682/14.2T8OER

Não se destinam, pois, os procedimentos cautelares a dirimir de forma definitiva os conflitos de interesses que são submetidos a Tribunal.

Ora a Requerente instaurou a presente providência cautelar pretendendo que o Tribunal ordene, de imediato, a dissolução da Associação requerida e a apreensão todos os valores recebidos pela Requerida a título de jóias ou cotas, para devolução a eventuais lesados, e a apreensão de todos os documentos, valores e eventuais armas e munições, pela PSP, medidas que não têm natureza cautelar, mas sim definitiva.

Decidida a dissolução da Associação requerida e apreendidos os valores, documentos, armas e munições, estaria decidido, a título definitivo, o conflito de interesses de opõe as partes, o que não é consentâneo com a natureza provisória dos procedimentos cautelares, porquanto, tais medidas equivaleriam à dissolução/liquidação da Associação.

Com efeito, a decidir-se como requerido, estaria esgotado o objecto da acção principal, ficando esvaziado o pedido de inversão do contencioso.

Pelo exposto, não sendo possível dissolver a Associação requerida e proceder às apreensões requeridas cautelarmente, a requerente usou indevidamente a presente providência cautelar, a qual não se adequa ao fim a que se destina, inexistindo outra que, atento o pedido, se lhe adequue.

A utilização do presente meio processual é uma excepção dilatória inonimada que, nos termos do disposto no artº 576º e 577º do C.P.C., importa a absolvição da instância.

Face ao que precede, nos presentes autos em que é requerente **F.P.T.A.C. - Federação Portuguesa de Tiro com Armas de Caça (FPTCA)**, e requerida a **Associação Portuguesa de Atiradores FITASC – A.P.A.F.**, absolvo da instância a Requerida.

Custas pela Requerente.

Registe e Notifique.

Sintra, data supra.

A Juíza de Direito

Gracinda Ferro